

# Digesto

---

## NEWSLETTER N.º 11/2021

---

Período abrangido: 14 a 28 de maio de 2021



## COVID-19

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 59-B/2021, de 14 de maio](#)

#### **Presidência do Conselho de Ministros**

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

### [Despacho n.º 4957-A/2021, de 14 de maio](#)

#### **Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação**

Aprova a lista dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos, fronteiras terrestres e fluviais.<sup>[1]</sup><sup>[2]</sup>

### [Despacho n.º 4957-B/2021, de 14 de maio](#)

#### **Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação**

Permite o embarque, desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro em portos localizados em território nacional continental, com exceção de passageiros cuja origem ou destino sejam países para os quais só se admite a realização de viagens essenciais.

### [Decreto-Lei n.º 35-A/2021, de 18 de maio](#)

#### **Presidência do Conselho de Ministros**

Regula o acesso, a ocupação e a utilização das praias de banhos, no contexto da pandemia da doença COVID-19, para a época balnear de 2021.

### [Despacho n.º 5039-B/2021, de 18 de maio](#)

#### **Administração Interna - Gabinete do Ministro**

Determina procedimentos de verificação da existência de comprovativo, por parte dos passageiros, de teste molecular por RT-PCR para despiste da infeção por SARS-CoV-2, pela PSP ou pelo SEF, consoante a origem dos voos.

## [Lei n.º 29/2021, de 20 de maio](#)

### **Assembleia da República**

Suspende excecional e temporariamente contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto da pandemia da doença COVID-19.

## [Decreto-Lei n.º 37/2021, de 21 de maio](#)

### **Presidência do Conselho de Ministros**

Cria uma medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida.

## [Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-A/2021, de 21 de maio](#)

### **Presidência do Conselho de Ministros**

Altera as medidas aplicáveis a determinados concelhos no âmbito da situação de calamidade.

## [Portaria n.º 103-A/2021, de 21 de maio](#)

### **Ambiente e Ação Climática e Infraestruturas e Habitação**

Cria um regime excecional relativo à operação de aeronaves no período compreendido entre as 0 horas e as 6 horas do dia 30 de maio de 2021, no aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto).

## [Despacho n.º 5187-A/2021, de 21 de maio](#)

### **Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação**

Altera a lista dos países a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos e fronteiras terrestres, marítimas e fluviais.

## [Lei n.º 33/2021, de 28 de maio](#)

### **Assembleia da República**

Prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado para as transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19.

## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Despacho n.º 5040/2021, de 19 de maio](#)

**Presidência do Conselho de Ministros, Administração Interna, Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes da Ministra de Estado e da Presidência, do Ministro da Administração Interna e das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**

Prorroga o Despacho n.º 5793-A/2020, de 26 de maio, relativo à implementação de um procedimento simplificado de instrução dos pedidos de concessão de autorização de residência.

## CULTURA

[Portaria n.º 106/2021, de 25 de maio](#)

**Cultura**

Estabelece os requisitos para a credenciação dos teatros, cineteatros e outros equipamentos culturais na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e aprova o respetivo formulário para instrução do pedido de credenciação.

## ECONOMIA

[Lei n.º 32/2021, de 27 de maio](#)

**Assembleia da República**

Estabelece limitações à redação de cláusulas contratuais e prevê a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o [Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro](#), que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais.

## EDUCAÇÃO

[Lei n.º 31-A/2021, de 25 de maio](#)

**Assembleia da República**

Permite a realização de exames nacionais de melhoria de nota no ensino secundário e estabelece um processo de inscrição extraordinário, alterando o [Decreto-Lei n.º 10-B/2021, de 4 de fevereiro](#).

## ENTIDADES REGULADORAS

[Declaração de Retificação n.º 383/2021, de 20 de maio](#)

### **Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**

Retifica a Norma Regulamentar n.º 11/2020-R relativa à prestação de informação para efeitos de supervisão à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões por sociedades gestoras de fundos de pensões.

## FINANÇAS

[Despacho n.º 5363/2021, de 28 de maio](#)

### **Finanças e Cultura - Gabinetes da Ministra da Cultura e do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais**

Determina o que se entende por ações ou projetos com conexão direta com territórios do interior, para efeitos de acesso dos mecenas culturais ao incentivo extraordinário para apoios mecenáticos.

## JUSTIÇA

[Lei n.º 27/2021, de 17 de maio](#)

### **Assembleia da República**

Aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital.

[Lei n.º 30/2021, de 21 de maio](#)

### **Assembleia da República**

Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro](#), o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à [Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro](#), e o [Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro](#).

[Lei n.º 31/2021, de 24 de maio](#)

### **Assembleia da República**

Procede à simplificação dos procedimentos associados ao reconhecimento das qualificações profissionais, transpondo a [Diretiva 2005/36/CE, de 7 de setembro de 2005](#), e alterando (quarta alteração) a [Lei n.º 9/2009, de 4 de março](#).

## MAR

[Portaria n.º 109/2021, de 26 de maio](#)

### Mar

Aprova o modelo do certificado de registo temporário dos navios abrangidos pelo [Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março](#), que cria o Registo Internacional de Navios da Madeira (MAR).

## SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 36/2021, de 19 de maio](#)

### Presidência do Conselho de Ministros

Proíbe a publicidade aos descontos no preço dos medicamentos cuja publicidade se encontra proibida.

[Despacho n.º 5110-A/2021, de 19 de maio](#)

### Saúde - Direção-Geral da Saúde

Aprova o modelo de atestado médico de incapacidade multiuso (AMIM) que deve ser emitido nos termos da Lei n.º 14/2021, de 6 de abril.

## SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 108/2021, de 25 de maio](#)

### Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde

Define os critérios a ter em conta na prova da deficiência para efeitos de atribuição da bonificação por deficiência do abono de família para crianças e jovens.

[Despacho n.º 5265-C/2021, de 25 de maio](#)

### Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes do Secretário de Estado da Segurança Social e da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência

Define os critérios de atuação das equipas multidisciplinares de avaliação médico-pedagógica no âmbito da verificação das condições de atribuição inicial da bonificação por deficiência.

## TRIBUNAIS

[Acórdão \(extrato\) n.º 101/2021, de 19 de maio](#)

### **Tribunal Constitucional**

Julga inconstitucional a norma do artigo 135.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, na parte em que atribui natureza interpretativa à nova redação dada ao n.º 6 do artigo 51.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) pelo artigo 133.º daquela mesma Lei.

---

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão  
através do e-mail:**

[digesto@jurisapp.gov.pt](mailto:digesto@jurisapp.gov.pt)

---

 **Digesto**